

# Índice

---

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	10
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	15
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	38
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	39
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	40
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	41
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidades)</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2015</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	209.396.514
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>209.396.514</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2015</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2014</b>
1	Ativo Total	1.843.216	1.774.947
1.01	Ativo Circulante	65.052	88.378
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	36.794	62.830
1.01.03	Contas a Receber	16.201	15.746
1.01.03.01	Clientes	16.201	15.737
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	0	9
1.01.04	Estoques	1.196	1.336
1.01.06	Tributos a Recuperar	8.129	5.477
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	8.129	5.477
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.617	2.768
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	115	221
1.01.08.03	Outros	115	221
1.02	Ativo Não Circulante	1.778.164	1.686.569
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	31.886	29.686
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	31.220	29.038
1.02.01.01.03	Aplicação Financeira Restrita	31.220	29.038
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	666	648
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	666	648
1.02.03	Imobilizado	3.422	3.053
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	3.422	3.053
1.02.04	Intangível	1.729.100	1.639.190
1.02.04.01	Intangíveis	1.729.100	1.639.190
1.02.05	Diferido	13.756	14.640

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2015</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2014</b>
2	Passivo Total	1.843.216	1.774.947
2.01	Passivo Circulante	214.149	202.786
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	5.103	5.881
2.01.01.01	Obrigações Sociais	5.103	5.881
2.01.02	Fornecedores	34.169	31.956
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	34.169	31.956
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.910	4.300
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.482	2.272
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	2.482	2.272
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.428	2.028
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	118.682	112.320
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	71.868	66.937
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	71.868	66.937
2.01.04.02	Debêntures	46.814	45.383
2.01.05	Outras Obrigações	42.186	39.369
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	16.647	15.383
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	231	109
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	16.416	15.274
2.01.05.02	Outros	25.539	23.986
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	4.264	4.264
2.01.05.02.04	Cauções Contratuais	16.800	15.996
2.01.05.02.05	Verba de Fiscalização	1.061	1.002
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	124	94
2.01.05.02.07	Adiantamento de Seguros	3.290	2.630
2.01.06	Provisões	9.099	8.960
2.01.06.02	Outras Provisões	9.099	8.960
2.01.06.02.05	Provisão para Investimentos	9.099	8.960
2.02	Passivo Não Circulante	1.109.066	1.052.983
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	805.373	781.636
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	805.373	781.636
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	805.373	781.636
2.02.02	Outras Obrigações	180.488	147.379
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	180.488	147.379
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	180.488	147.379
2.02.03	Tributos Diferidos	71.109	72.357
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	71.109	72.357
2.02.04	Provisões	52.096	51.611
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.014	1.859
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	694	561
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	1.320	1.298
2.02.04.02	Outras Provisões	50.082	49.752
2.02.04.02.04	Provisão para Manutenção	50.082	49.752
2.03	Patrimônio Líquido	520.001	519.178
2.03.01	Capital Social Realizado	358.785	358.785
2.03.04	Reservas de Lucros	161.216	160.393
2.03.04.01	Reserva Legal	9.887	9.887

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2015</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2014</b>
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	151.329	154.770
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	0	-4.264

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	163.972	141.027
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-142.675	-115.764
3.03	Resultado Bruto	21.297	25.263
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-5.561	-5.241
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-5.549	-5.121
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-5.116	-4.882
3.04.02.02	Remuneração da Administração	-433	-239
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	69	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-81	-120
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	15.736	20.022
3.06	Resultado Financeiro	-14.496	-12.804
3.06.01	Receitas Financeiras	1.817	1.288
3.06.02	Despesas Financeiras	-16.313	-14.092
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.240	7.218
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-417	-2.460
3.08.01	Corrente	-1.665	0
3.08.02	Diferido	1.248	-2.460
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	823	4.758
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	823	4.758
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,00393	0,03302
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,00393	0,03302

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	823	4.758
4.03	Resultado Abrangente do Período	823	4.758

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	13.510	23.514
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	32.734	34.269
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	823	4.758
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	17.577	10.397
6.01.01.04	Baixa de ativos permanentes	122	484
6.01.01.05	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-1.248	2.460
6.01.01.07	Receita com aplicações financeiras vinculadas	-832	-332
6.01.01.08	Juros e variações monetárias sobre mútuos	4.978	3.657
6.01.01.09	Juros e variações monetárias de empréstimos	10.473	9.786
6.01.01.11	Despesa / (receitas) financeira dos ajustes a valor presente	752	564
6.01.01.12	Constituição (reversão) de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	372	473
6.01.01.13	Constituição (reversão) de provisão para manutenção	-283	2.022
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-19.621	-10.619
6.01.02.01	Contas a receber	-464	1.327
6.01.02.02	Contas a receber - partes relacionadas	9	0
6.01.02.03	Impostos a recuperar	-2.508	-193
6.01.02.05	Depósitos judiciais	-18	0
6.01.02.06	Fornecedores	4.681	-1.224
6.01.02.07	Fornecedores - partes relacionadas	-24	294
6.01.02.08	Cauções contratuais de fornecedores	141	270
6.01.02.09	Obrigações sociais	-778	479
6.01.02.10	Obrigações fiscais	97	199
6.01.02.11	Imposto de renda e contribuição social pagos	-5.959	0
6.01.02.14	Sinistros Recebidos	660	0
6.01.02.15	Outras contas a pagar	30	-18
6.01.02.17	Taxa de Fiscalização	59	49
6.01.02.18	Riscos cíveis trabalhistas e fiscais	-217	-128
6.01.02.19	Despesas antecipadas sobre empréstimos	89	0
6.01.02.20	Pagamento de juros	-15.419	-11.674
6.01.03	Outros	397	-136
6.01.03.01	Estoques	140	-543
6.01.03.02	Despesas antecipadas	151	407
6.01.03.04	Outros créditos	106	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-98.091	-82.000
6.02.01	Aquisições de itens do ativo imobilizado	-504	-91
6.02.02	Aquisições de itens do intangível	-96.093	-81.394
6.02.04	Aplicação financeira vinculada	-1.709	-515
6.02.05	Valor resgatado das aplicações vinculadas	215	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	58.545	48.098
6.03.01	Captações de empréstimos	43.945	34.842
6.03.02	Pagamentos de empréstimos - principal	-15.400	-6.744
6.03.07	Captações de empréstimos empresas ligadas	30.000	0
6.03.14	Aumento de Capital	0	20.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-26.036	-10.388



**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014</b>
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	62.830	42.254
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	36.794	31.866

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	358.785	0	160.393	0	0	519.178
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	358.785	0	160.393	0	0	519.178
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	823	0	823
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	823	0	823
5.07	Saldos Finais	358.785	0	160.393	823	0	520.001

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	197.110	0	146.704	0	0	343.814
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	197.110	0	146.704	0	0	343.814
5.04	Transações de Capital com os Sócios	20.000	0	0	0	0	20.000
5.04.01	Aumentos de Capital	20.000	0	0	0	0	20.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	4.758	0	4.758
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	4.758	0	4.758
5.07	Saldos Finais	217.110	0	146.704	4.758	0	368.572

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014</b>
7.01	Receitas	170.232	146.790
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	70.803	66.322
7.01.02	Outras Receitas	99.429	80.468
7.01.02.01	Receita dos Serviços de Construção	99.424	80.356
7.01.02.02	Outras	5	112
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-122.301	-103.227
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-13.919	-11.416
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.117	-1.091
7.02.04	Outros	-107.265	-90.720
7.02.04.02	Custo dos Serviços de Construção	-99.424	-80.356
7.02.04.04	Custo da concessão	-4.921	-5.279
7.02.04.05	Custo de Provisão de Manutenção em Rodovias	283	-2.022
7.02.04.06	Outros	-3.203	-3.063
7.03	Valor Adicionado Bruto	47.931	43.563
7.04	Retenções	-17.577	-10.397
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-17.577	-10.397
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	30.354	33.166
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	8.815	3.817
7.06.02	Receitas Financeiras	1.817	1.288
7.06.03	Outros	6.998	2.529
7.06.03.02	Juros Capitalizados	6.998	2.529
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	39.169	36.983
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	39.169	36.983
7.08.01	Pessoal	7.813	7.444
7.08.01.01	Remuneração Direta	6.122	5.936
7.08.01.02	Benefícios	1.323	1.179
7.08.01.03	F.G.T.S.	368	329
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	7.410	8.160
7.08.02.01	Federais	3.870	4.891
7.08.02.03	Municipais	3.540	3.269
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	17.783	12.964
7.08.03.01	Juros	10.474	9.786
7.08.03.02	Aluguéis	674	0
7.08.03.03	Outras	6.635	3.178
7.08.03.03.01	Juros Capitalizados	6.635	2.529
7.08.03.03.02	Despesas Financeiras	0	85
7.08.03.03.03	Outras	0	564
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	823	4.758
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	823	4.758
7.08.05	Outros	5.340	3.657
7.08.05.01	Juros - Mutuos	4.977	3.657
7.08.05.02	Juros Capitalizados - Mutuos	363	0

## Comentário do Desempenho



**Registro, 14 de maio de 2015** – A Autopista Régis Bittencourt S.A. empresa do grupo Arteris S.A., comenta seu resultado relativo ao primeiro trimestre de 2015 (1T15). As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em Reais, estão de acordo com a Legislação Societária e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os valores e informações não constantes no balanço patrimonial, demonstrações do resultado e notas explicativas inseridas nas informações trimestrais não foram revisados pelos auditores independentes.

### COMENTÁRIO DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

#### Tráfego Pedagiado (Veículos Equivalentes)

- No 1T15 o tráfego pedagiado foi de 35.393 mil veículos equivalentes. Em relação ao 1T14, houve uma redução no fluxo de veículos de 3,9%. O 1T15 também apresentou uma redução do tráfego pedagiado de 8,2% em relação ao 4T14.

#### Receita Operacional Bruta

- No 1T15 a Autopista Régis Bittencourt S.A. obteve uma receita bruta de R\$ 170,2 milhões. Em relação ao 1T14, houve um aumento da receita bruta em 16% devido ao (i) aumento na tarifa básica de pedágio de R\$ 1,80 para R\$ 2,00 e (ii) crescimento de 23,7% das receitas de obras, que acompanham o aumento do volume de obras, principalmente em consequência das obras na Serra do Cafezal, a qual foi registrada em função da adoção da Interpretação Técnica ICPC 01, conforme comentado nas notas explicativas, no momento em que a concessionária contrata serviços de construção, ela deve reconhecer a receita de construção quando realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado, ou seja, essa receita tem como contrapartida o custo dos serviços de construção de mesmo valor, não impactando o EBITDA da Companhia. Em relação ao 4T14, houve uma redução da receita bruta em 1,1% decorrente principalmente pelo decréscimo das receitas de obras.

#### Custos e Despesas

- Os custos e despesas no 1T15 aumentaram 18,1% em relação ao 1T14, em função do (i) aumento de 13% nos custos dos serviços prestados, impulsionados pelos reajustes anuais por inflação dos contratos de prestação de serviços e nos gastos com conservação de rotina; (ii) aumento em 23,7% nos custos dos serviços de construção, devido ao aumento do volume de obras. O custo dos serviços de construção, registrado em função da adoção da Interpretação Técnica ICPC 01, conforme comentado nas notas explicativas tem como contrapartida uma receita de obras de mesmo valor, não impactando o resultado da Companhia. Em relação ao 4T14, os custos e despesas reduziram 1,5% em função da redução nos custos dos serviços de construção e das despesas administrativas.

#### EBITDA e EBITDA Ajustado

- O EBITDA e o EBITDA Ajustado aumentaram 9,5% e 1,8% em relação ao 1T14 principalmente em função do aumento da tarifa básica de pedágio, conforme informado anteriormente. Em relação ao 4T14, o EBITDA e EBITDA Ajustado permaneceram com seus índices praticamente inalterados, pois mesmo havendo o aumento da tarifa de pedágio, houve a redução do tráfego de veículos equivalentes.

## Comentário do Desempenho



- Adicionalmente, destacamos que o EBITDA contempla a provisão para manutenção de rodovias, registrada em função da adoção do ICPC 01. O EBITDA Ajustado foi calculado a partir da reversão do efeito desta provisão e se equivale ao EBITDA publicado anteriormente à adoção do ICPC 01.

### Resultado Financeiro

- O resultado financeiro do 1T15 apresentou aumento de 13,2% em relação ao 1T14 decorrente do aumento das despesas financeiras, devido principalmente pelas novas liberações do BNDES para execução de obras e o aumento dos juros sobre os mútuos, resultado do aumento da taxa CDI, que é a taxa base para o cálculo dos juros sobre os mútuos tomados junto à controladora. O resultado financeiro também aumentou 42,8% em relação ao 4T14, devido ao aumento das despesas financeiras.

### Lucro Líquido

- A Companhia obteve um lucro de R\$ 0,8 milhões, R\$ 3,9 milhões menor em relação ao 1T14 e R\$ 6,5 milhões menor em relação ao 4T14.

### Endividamento

- A Autopista Régis Bittencourt S.A. encerrou o primeiro trimestre com um endividamento de R\$ 924,1 milhões contra R\$ 893,9 milhões no trimestre anterior. O aumento refere-se a novas captações de recursos junto ao BNDES.
- O endividamento bruto e líquido do 1T15 foi, respectivamente, de R\$ 924,1 e R\$ 856,1 milhões e no 4T14 foi de R\$ 893,9 e R\$ 802 milhões.

### Investimentos

- No primeiro trimestre de 2015, foram investidos R\$ 96,6 milhões em cumprimento do cronograma de investimentos do contrato de concessão, distribuídos principalmente em:
  - a) execução de obras de melhoramentos, sendo estas:
    - duplicação da Serra do Cafezal;
    - 55 km de ruas laterais;
    - 8 trevos em desnível.
  - b) execução de obras de manutenção de rodovia, utilizados principalmente na realização de obras de pavimentação, elementos de proteção e segurança, sistemas de drenagem e obras de arte correntes, terraplenos e estruturas de contenção.

## Comentário do Desempenho



## ANEXO 1 – TABELA DRE

Veículos Equivalentes	1T15	4T14	1T14	Var% 1T15/4T14	Var% 1T15/1T14
Autopista Régis Bittencourt S.A.	35.393	38.556	36.833	-8,2%	-3,9%

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS					
(em R\$ Mil)					
	1T15	4T14	1T14	Var% 1T15/4T14	Var% 1T15/1T14
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>	<b>170.232</b>	<b>172.122</b>	<b>146.790</b>	<b>-1,1%</b>	<b>16,0%</b>
Receitas de pedágio	70.803	69.594	66.322	1,7%	6,8%
Receitas de obras	99.424	102.374	80.356	-2,9%	23,7%
Outras Receitas	5	154	112	-96,8%	-95,5%
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA</b>	<b>(6.260)</b>	<b>(6.112)</b>	<b>(5.763)</b>	<b>2,4%</b>	<b>8,6%</b>
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>163.972</b>	<b>166.010</b>	<b>141.027</b>	<b>-1,2%</b>	<b>16,3%</b>
<b>CUSTOS E DESPESAS</b>	<b>(130.659)</b>	<b>(132.700)</b>	<b>(110.608)</b>	<b>-1,5%</b>	<b>18,1%</b>
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(26.090)	(24.753)	(23.088)	5,4%	13,0%
Custo dos serv. de construção	(99.424)	(102.374)	(80.356)	-2,9%	23,7%
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(4.983)	(5.231)	(4.783)	-4,7%	4,2%
Remuneração da administração	(433)	(415)	(239)	4,3%	81,2%
Despesas tributárias	(81)	(115)	(120)	-29,6%	-32,5%
Provisão para manutenção em rodovias	283	188	(2.022)	50,5%	-114,0%
Outras receitas operacionais, líquidas	69	-	-	-	-
<b>EBITDA</b>	<b>33.313</b>	<b>33.310</b>	<b>30.419</b>	<b>0,0%</b>	<b>9,5%</b>
Margem EBITDA	19,6%	19,4%	20,7%	1,1%	-5,6%
<b>DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES</b>	<b>(17.577)</b>	<b>(11.817)</b>	<b>(10.397)</b>	<b>48,7%</b>	<b>69,1%</b>
Depreciação de imobilizado	(135)	(124)	(99)	8,9%	36,4%
Amortização do intangível	(16.558)	(10.810)	(9.413)	53,2%	75,9%
Amortização do diferido	(884)	(883)	(885)	0,1%	-0,1%
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>(14.496)</b>	<b>(10.152)</b>	<b>(12.804)</b>	<b>42,8%</b>	<b>13,2%</b>
Receitas financeiras	1.817	1.481	1.288	22,7%	41,1%
Despesas financeiras	(16.313)	(11.633)	(14.092)	40,2%	15,8%
<b>LUCRO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS</b>	<b>1.240</b>	<b>11.341</b>	<b>7.218</b>	<b>-89,1%</b>	<b>-82,8%</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>(417)</b>	<b>(3.993)</b>	<b>(2.460)</b>	<b>-89,6%</b>	<b>-83,0%</b>
Corrente	(1.665)	-	-	-	-
Diferido	1.248	(3.993)	(2.460)	-131,3%	-150,7%
<b>LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>823</b>	<b>7.348</b>	<b>4.758</b>	<b>-88,8%</b>	<b>-82,7%</b>

EBITDA AJUSTADO					
(em R\$ Mil)					
	1T15	4T14	1T14	Var% 1T15/4T14	Var% 1T15/1T14
<b>EBITDA <sup>1</sup></b>	<b>33.313</b>	<b>33.310</b>	<b>30.419</b>	<b>0,0%</b>	<b>9,5%</b>
(+) Provisão para manutenção de rodovias	(283)	(188)	2.022	50,5%	-114,0%
<b>EBITDA Ajustado <sup>2</sup></b>	<b>33.030</b>	<b>33.122</b>	<b>32.441</b>	<b>-0,3%</b>	<b>1,8%</b>

1) EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

2) Considera ajuste referente à provisão p/ manutenção de rodovias, de acordo com pronunciamento contábil ICPC 01.

A Autopista Régis Bittencourt é uma empresa controlada pela Arteris S.A., sociedade de capital aberto listada no Novo Mercado. Para maiores informações sobre o Grupo, consultar os [websites www.arteris.com.br](http://www.arteris.com.br) e [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br) (neste acessar, em “acesso rápido”, o item “ITR, DFP, IAN, FC, FR e outras informações”).

**Notas Explicativas** Autopista Régis Bittencourt S.A.

# *Autopista Régis Bittencourt S.A.*

*Informações Trimestrais Para o Período  
Findo em 31 de Março de 2015*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes



**Notas Explicativas**

Autopista Régis Bittencourt S.A.

AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT S.A.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Régis Bittencourt S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Registro, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia SP 139 nº 226. Constituída em 19 de dezembro de 2007, sua controladora e “holding” é a Arteris S.A. A Sociedade tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116 - SP/PR, compreendendo o trecho entre São Paulo e Curitiba, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 06, em conformidade com o Edital de Licitação nº 001/007, publicado pela ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres, sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

A Sociedade é uma subsidiária “estrategicamente importante” para o seu acionista controlador Arteris S.A., a qual continuará garantindo a execução de seu programa de investimentos no portfólio atual de concessões. O grupo Arteris conta com uma qualidade de crédito que reflete a combinação da solidez econômica das suas subsidiárias e a capacidade de gerarem caixa para prover recursos suficientes, de modo que a Sociedade possa lidar com suas obrigações e, ainda, continuar realizando os investimentos necessários, de acordo com os contratos de concessão assinados.

No período de três meses findo em 31 de março de 2015 não ocorreram mudanças no contexto operacional em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

A emissão das informações trimestrais da Sociedade foi aprovada pela Diretoria em 14 de maio de 2015.

## 2. CONCESSÕES

No período de três meses findo em 31 de março de 2015 não ocorreram mudanças no contrato de concessão em relação a 31 de dezembro de 2014, além do mencionado abaixo:

O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R\$8.436 na data-base da concessão. A partir de 31 de março de 2015 até o final do período de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de R\$151.145 a valor nominal, corrigido pelo IPCA conforme determinado no contrato de concessão.

A Sociedade estima em 31 de março de 2015, os montantes de R\$1.002.301 referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$548.412 referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão. Os valores referentes a 31 de março de 2015 poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

**Notas Explicativas****3. BASE PARA PREPARAÇÃO**

## Declaração de conformidade

As informações trimestrais estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM (em especial o CPC 21(R1) – Demonstrações Intermediárias).

As demais informações relativas a: bases de mensuração; moeda funcional e de apresentação; e uso de estimativas e julgamento, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto, exceto pela determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão, conforme divulgado abaixo.

A Sociedade reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. O cálculo até 31 de dezembro de 2014, era efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico gerado que, normalmente, se dá devido à curva de demanda de tráfego. Assim, a taxa de amortização era determinada por meio de estudos técnicos e econômicos periódicos que buscavam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e a geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão. A partir de 1º de janeiro de 2015, a Sociedade passou a reconhecer a amortização no resultado linearmente, prospectivamente, com base no prazo remanescente da concessão, já que este método é o que passou a refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

**4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As práticas contábeis adotadas na elaboração das informações financeiras trimestrais estão consistentes com aquelas divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto, considerando as atualizações a seguir:

4.1 Os saldos reais e a valor presente de passivos, circulante e não circulante, nas datas dos balanços estão demonstrados a seguir:

<u>Circulantes</u>	<u>31.03.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Provisão para investimento em rodovias - real	9.348	9.252
Provisão para investimento em rodovias a valor presente	<u>9.099</u>	<u>8.960</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(249)</u>	<u>(292)</u>
<u>Não circulantes</u>	<u>31.03.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Provisão para manutenção em rodovias - real	60.428	60.755
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	<u>50.082</u>	<u>49.752</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(10.346)</u>	<u>(11.003)</u>

A recomposição dos saldos aos seus valores reais nas datas dos balanços pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira no resultado do exercício.

**Notas Explicativas**

Autopista Régis Bittencourt S.A.

**4.2 Ativo intangível****Ativo intangível oriundo dos contratos de concessão**

A Sociedade reconheceu ativo intangível vinculado ao direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, que inclui os custos de empréstimos capitalizados deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis, até 31 de dezembro de 2014 era reconhecida no resultado pela projeção da curva de demanda de tráfego até o final do período da concessão. A partir de 1º de janeiro de 2015, a amortização passou a ser reconhecida no resultado, linearmente, com base no prazo remanescente da concessão, a partir da data em que os ativos estão disponíveis para uso, já que este método é o que passou a refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os ágios que tenham sido alocados aos direitos de concessão, assim como aqueles que não tenham sido alocados diretamente à concessão, ou outros ativos e passivos que tenham o benefício econômico limitado no tempo (prazo definido), em razão de direito de concessão com vida útil definida, compõem o saldo do ativo intangível nas demonstrações financeiras e são amortizados pelos mesmos critérios descritos no parágrafo anterior.

**Ativos intangíveis adquiridos separadamente**

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A amortização, até 31 de dezembro de 2014, era reconhecida no resultado, substancialmente por meio da projeção da curva de demanda de tráfego estimada para o período de concessão. A partir de 1º de janeiro de 2015, a amortização passou a ser reconhecida no resultado, linearmente, com base no prazo remanescente de concessão a partir da data em que esses ativos estão disponíveis para uso, sendo o método que passou a refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

**5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Estão representados por:

	<u>31.03.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Caixa e contas bancárias	2.508	1.560
Aplicações financeiras (*)	<u>34.286</u>	<u>61.270</u>
Total	<u>36.794</u>	<u>62.830</u>

(\*) Representadas por aplicações com liquidez imediata, essas aplicações se referem a fundo de investimento exclusivo, composto basicamente por títulos públicos federais e títulos atrelados ao CDI, com insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data da aquisição.

As aplicações financeiras são remuneradas na média a 100,3% da variação do CDI no período.

**Notas Explicativas**

Bittencourt S.A.

**6. CONTAS A RECEBER**

Estão representadas por:

	<u>31.03.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Pedágio eletrônico a receber (*)	14.815	14.736
Cupons de pedágio a receber	1.015	820
Cartões de pedágio a receber	<u>371</u>	<u>181</u>
Total	<u>16.201</u>	<u>15.737</u>

(\*) Conforme nota explicativa nº 25.c.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de março de 2015. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

**7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS**

Estão representados por:

	<u>31.03.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
<u>Passivo não circulante</u>		
Bases do passivo diferido:		
Prejuízo fiscal (a)	50.464	50.464
Provisão de participação nos lucros	429	1.604
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais (b)	2.014	1.859
Provisão para manutenção	50.082	49.752
Ajuste dos encargos financeiros	1.856	1.717
Ajustes de mudanças de práticas contábeis referente a adoção da Lei 12.973 (c):		
Diferenças de intangível, diferido e imobilizado, líquidas.	(318.245)	(318.245)
Estorno de capitalização de juros	34	34
Amortização do saldo de mudança de prática	<u>4.221</u>	<u>-</u>
Base de cálculo	<u>(209.144)</u>	<u>(212.815)</u>
Alíquota nominal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>(71.109)</u>	<u>(72.357)</u>

(a) Refere-se ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, suportados por projeções de resultados tributáveis futuros.

(b) Referem-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais de reclamações pendentes de resoluções.

(c) A partir de 1º de janeiro de 2015 a Sociedade congelou os saldos referente às mudanças de práticas contábeis, adotando a Lei no 12.973/14. Desta forma, passou a amortizar o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

**Notas Explicativas**

Autopista Régis Bittencourt S.A.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se previsões de sua Administração. Portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos e o efetivo pagamento dos débitos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, são como segue:

Exercício a findar-se em:

Passivo não circulante

2016 (após março)	(4.584)
2017	(4.115)
2018	(4.115)
2019	(4.115)
Após 2020	(54.180)
	<u>(71.109)</u>

**8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS**

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas para cumprir obrigações contratuais referentes a empréstimos e financiamentos. Abaixo se encontra breve descrição dessas obrigações:

BNDES

A Sociedade deve depositar em conta pagamento de instituição financeira 50% da arrecadação das praças de pedágio. Estes recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida e manutenção do mínimo obrigatório da conta reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

A Sociedade deve manter depositada em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento junto ao BNDES, o valor mínimo equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento. Este valor será sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais.

Em 31 de março de 2015 o saldo é de R\$31.220 e em 31 de dezembro de 2014 é de R\$29.038, e essas aplicações financeiras vinculadas foram remuneradas em média a 100,3% da variação do CDI.

**Notas Explicativas**

Autopista Régis Bittencourt S.A.

**9. IMOBILIZADO**

A movimentação em 31 de março de 2015 é como segue:

	<u>Móveis, Utensílios e Instalações</u>	<u>Computadores e Periféricos</u>	<u>Veículos</u>	<u>Instalações, Edifícios e Dependências</u>	<u>Máquinas e Equipamentos</u>	<u>Imobilizado em andamento</u>	<u>Total</u>
<u>Custo do imobilizado</u>							
Saldo em 31.12.2014	880	942	217	653	2.073	32	4.797
Adições	28	15	-	406	55	-	504
Transferências/Reclassificações	32	-	-	-	-	(32)	-
Saldo em 31.03.2015	<u>940</u>	<u>957</u>	<u>217</u>	<u>1.059</u>	<u>2.128</u>	<u>=</u>	<u>5.301</u>
<u>Depreciação acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2014	(400)	(550)	(180)	(32)	(582)	-	(1.744)
Depreciações	(23)	(31)	(5)	(20)	(56)	-	(135)
Saldo em 31.03.2015	<u>(423)</u>	<u>(581)</u>	<u>(185)</u>	<u>(52)</u>	<u>(638)</u>	<u>=</u>	<u>(1.879)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>							
Saldo em 31.12.2014	480	392	37	621	1.491	32	3.053
Saldo em 31.03.2015	517	376	32	1.007	1.490	-	3.422
Taxas anuais de depreciação - %	10	20	20	4	10	-	-

**Notas Explicativas**

Autopista Régis Bittencourt S.A.

**10. INTANGÍVEL**

A movimentação em 31 de março de 2015 é como segue:

	<u>Intangível em rodovias - obras e serviços (a)</u>	<u>Software</u>	<u>Intangível em andamento</u>	<u>Total</u>
<u>Custo do intangível</u>				
Saldo em 31.12.2014	1.304.361	1.529	461.653	1.767.543
Adições	19.021	21	87.548	106.590
Transferências/Reclassificações	14.920	-	(14.920)	-
Alienações/baixas	-	-	(122)	(122)
Saldo em 31.03.2015	<u>1.338.302</u>	<u>1.550</u>	<u>534.159</u>	<u>1.874.011</u>
<u>Amortização acumulada</u>				
Saldo em 31.12.2014	(127.582)	(771)	-	(128.353)
Amortizações	<u>(16.500)</u>	<u>(58)</u>	=	<u>(16.558)</u>
Saldo em 31.03.2015	<u>(144.082)</u>	<u>(829)</u>	-	<u>(144.911)</u>
<u>Intangível</u>				
Saldo em 31.12.2014	1.176.779	758	461.653	1.639.190
Saldo em 31.03.2015	<u>1.194.220</u>	<u>721</u>	<u>534.159</u>	<u>1.729.100</u>
Taxas anuais de amortização - %	3,6	20	-	-

(a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente prospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2015 até o final do período da concessão. Até 31 de dezembro de 2014, a amortização era feita com base na curva de tráfego até o prazo final da concessão.

**Notas Explicativas** Bittencourt S.A.

## 11. DIFERIDO

É representado por:

	<u>31.03.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Gastos pré-operacionais:		
Pessoal/administradores	5.568	5.568
Consumo	5.129	5.129
Custos contratuais da concessão	9.101	9.101
Depreciações e amortizações	115	115
Conservação da rodovia	13.309	13.309
Serviços de terceiros	1.742	1.742
Tributários	2.378	2.378
Resultados financeiros	(1.880)	(1.880)
Outros gastos	<u>(124)</u>	<u>(124)</u>
	35.338	35.338
Amortização acumulada	<u>(21.582)</u>	<u>(20.698)</u>
	<u>13.756</u>	<u>14.640</u>

Refere-se a gastos pré-operacionais representados por estudos de viabilidade, reformas e obras nas faixas de domínio necessárias para equalização de necessidade de reparos emergenciais nas rodovias e serviços prestados de acordo com o estabelecido nos contratos de concessão, incorridos até 31 de dezembro de 2008. Os gastos pré-operacionais são amortizados em dez anos, conforme a expectativa de retorno desses gastos pela Administração da Sociedade, de acordo com a Lei nº 11.941/09.

## 12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

	<u>Encargos anuais</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>31.03.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Passivo circulante:				
Financiamento de investimentos (BNDES) (a)	TJLP + 2,21% a.a.	Dezembro/2024	71.868	66.937
			<u>71.868</u>	<u>66.937</u>
Passivo não circulante:				
Financiamento de investimentos (BNDES) (a)	TJLP + 2,21% a.a.	Dezembro/2024	<u>805.373</u>	<u>781.636</u>
			<u>805.373</u>	<u>781.636</u>
Total			<u>877.241</u>	<u>848.573</u>

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo.

- (a) Contrato de abertura de crédito firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para financiamento das obras e dos serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, ampliação, operação e exploração de rodovias.

Em 31 de março de 2015, as parcelas de longo prazo relativas aos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:



**Notas Explicativas**

Autopista Régis Bittencourt S.A.

Ano de vencimento

2016 (após março)	54.985
2017	77.954
2018	83.603
2019	89.661
Após 2020	<u>499.170</u>
	<u>805.373</u>

Em 31 de março de 2015 não houve alteração nas cláusulas restritivas contidas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014.

A Sociedade está cumprindo todas as cláusulas restritivas na data das informações trimestrais. O valor justo dos empréstimos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

**13. DEBÊNTURES**

São representadas por:

				<u>31.03.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
	<u>Quantidade emitida unitária</u>	<u>Taxas contratuais (%)</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>Circulante</u>	<u>Circulante</u>
1ª emissão (a)	3.940	CDI + 1,4% a.a.	Julho/2015	46.814	45.383

(a) 1ª emissão de debêntures emitida em 4 de outubro de 2013 com valor nominal unitário em 31 de março de 2015 de R\$10 (dez mil reais) cada uma.

As debêntures foram subscritas pelo seu valor real unitário acrescido, da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

	<u>Data emissão</u>	<u>Valor nominal</u>	<u>Data integralização</u>	<u>Valor subscrito</u>
1ª emissão	04.10.2013	39.400	04.10.2013	39.415

A remuneração das debêntures da 1ª emissão será paga em uma única parcela juntamente com o principal na data do seu vencimento.

As debêntures da 1ª emissão contêm cláusulas restritivas que implicam no vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros conforme divulgado na seção “Escrituras e aditamentos de debêntures”, arquivado na CVM.

Em 31 de março de 2015, a Sociedade não apresentava desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

As debêntures são garantidas por:

1. Fiança prestada pela Controladora (Arteris S.A.), em favor dos Debenturistas.

**Notas Explicativas**

2. A fiança é prestada em caráter universal e compreenderá a dívida principal e todos os seus acessórios, como juros moratórios, multa convencional ou moratória, e outros acréscimos, inclusive eventuais custos incorridos pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e outras medidas judiciais ou extrajudiciais.
3. O Valor Garantido será pago pela Controladora em até 3 (três) dias úteis após recebimento de notificação por escrito do Agente Fiduciário à Controladora, que deverá ser acompanhada, quando aplicável, de comprovantes das despesas incorridas.
4. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá, ainda, ser admitida ou invocada pela Controladora com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.
5. A Controladora sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas caso venham a honrar, total ou parcialmente, a fiança, até o limite da parcela da dívida efetivamente honrada, sendo certo que a fiadora obriga-se a somente exigir tais valores da Emissora após os Debenturistas terem recebido integralmente o Valor Garantido.
6. A inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução da fiança em favor dos Debenturistas não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade, podendo a fiança ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente.
7. Cabe ao Agente Fiduciário, conforme função que lhe é atribuída por esta Escritura de Emissão e pela Lei das Sociedades por Ações, requerer a execução judicial ou extrajudicial da fiança prevista, em uma ou mais vezes, uma vez verificada qualquer hipótese de insuficiência de pagamento de quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Emissora.

**14. FORNECEDORES**

Em 31 de março de 2015, o saldo de R\$34.169 (R\$31.956 em 31 de dezembro de 2014) refere-se a fornecedores e prestadores de serviços relacionados predominantemente à concessão e inclui gastos com aquisição de estoques e itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

**15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas e mútuos para capital de giro.

Os saldos em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014 e as transações realizadas nos períodos findos em 31 de março de 2015 e de 2014, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

**Notas Explicativas**

Autopista Régis Bittencourt S.A.

<u>Ativo circulante</u>	<u>31.03.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Contas a receber:		
Latina Sinalização de Rodovias Ltda.	-	5
Autopista Planalto Sul S.A.	-	4
Total	=	<u>9</u>
 <u>Passivo circulante</u>	 <u>31.03.2015</u>	 <u>31.12.2014</u>
Empréstimos:		
Mútuos - Arteris S.A. (c)	15.796	14.393
Contas a pagar:		
Arteris S.A. (a)	620	881
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (b)	<u>231</u>	<u>109</u>
Total	<u>16.647</u>	<u>15.383</u>
Dividendos propostos:		
Arteris S.A.	<u>4.264</u>	<u>4.264</u>
 <u>Passivo não circulante</u>	 <u>31.03.2015</u>	 <u>31.12.2014</u>
Empréstimos:		
Mútuos - Arteris S.A. (c)	<u>180.488</u>	<u>147.379</u>
Total	<u>180.488</u>	<u>147.379</u>

Contas de Resultado:	31.03.2015			31.03.2014		
	Conservação da rodovia (b)	Despesas financeiras (c)	Despesas gerais (a)	Conservação da rodovia (b)	Despesas financeiras (c)	Despesas gerais (a)
Arteris S.A.	-	4.977	480	-	3.657	1.047
Latina Manutenção de Rodovias Ltda.	20	-	-	53	-	-
Centrovias Sistemas Rodoviários S.A.	-	-	-	-	-	1
Total	<u>20</u>	<u>4.977</u>	<u>480</u>	<u>53</u>	<u>3.657</u>	<u>1.048</u>

- a) Referem-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo Arteris. Para aumentar a eficiência do atual critério em relação ao processo de rateio de custos, agilizar o processo administrativo e garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo, a Arteris controladora da Sociedade adotou em abril de 2014 um novo critério de rateio de custos da Holding. Este critério ajusta os percentuais rateados e é distribuído baseando-se na receita das empresas do Grupo.
- b) Referem-se a prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação inicial da malha rodoviária concedida para a Sociedade.
- c) Contratos de mútuo passivo obtidos para financiamento das operações da Sociedade. Os juros são calculados tendo como base 100% da variação do CDI mais 1,037% a 1,4% ao ano com vencimentos de juros a partir de dezembro de 2016, conforme demonstrados a seguir:

**Notas Explicativas**

<u>Data da Liberação</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Encargos</u>	<u>Valor do principal</u>	<u>Juros</u>	
				<u>31.03.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
29/09/2008	Dezembro de 2017	CDI + 1,037% a.a.	4.000	3.177	2.994
06/10/2008	Dezembro de 2017	CDI + 1,037% a.a.	7.000	5.530	5.211
27/10/2008	Dezembro de 2017	CDI + 1,037% a.a.	17.000	13.217	12.449
05/11/2008	Dezembro de 2017	CDI + 1,037% a.a.	7.000	5.402	5.087
27/11/2008	Dezembro de 2017	CDI + 1,037% a.a.	22.000	16.696	15.712
05/12/2008	Dezembro de 2017	CDI + 1,037% a.a.	7.000	5.279	4.966
19/12/2008	Dezembro de 2017	CDI + 1,037% a.a.	24.000	17.905	16.839
07/07/2014	Julho de 2017	CDI + 1,4% a.a.	10.000	797	514
26/02/2015	Fevereiro de 2018	CDI + 1,4% a.a.	<u>30.000</u>	<u>281</u>	-
			<u>128.000</u>	<u>68.284</u>	<u>63.772</u>

No decorrer do período findo em 31 de março de 2015, a Sociedade reconheceu o montante de R\$433 (R\$239 em 31 de março de 2014), a título de remuneração de seus administradores. Os administradores não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, bem como não possuem benefícios indiretos significativos.

A Sociedade concede a seus empregados a participação no lucro e resultado anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada período e seu pagamento efetuado no período seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e objetivos. Durante o período corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para Participação nos Lucros e Resultados (PLR) registrados em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais” são de R\$988 e R\$2.206.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o período social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, objetivos e pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas, sempre que necessário essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

**Notas Explicativas**

Autopista Régis Bittencourt S.A.

**16. PROVISÕES**Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais

A Sociedade tem reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários das rodovias, bem como a processos trabalhistas.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e fiscais durante o período findo em 31 de março de 2015 é conforme segue:

	<u>31.12.2014</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Utilizações</u>	<u>31.03.2015</u>
Cíveis	1.298	835	(671)	(142)	1.320
Trabalhistas	<u>561</u>	<u>373</u>	<u>(165)</u>	<u>(75)</u>	<u>694</u>
Total	<u>1.859</u>	<u>1.208</u>	<u>(836)</u>	<u>(217)</u>	<u>2.014</u>

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam os montantes de R\$555 e R\$0, respectivamente em cada natureza de risco, em 31 de março de 2015 (R\$1.720 e R\$1.299, respectivamente em 31 de dezembro de 2014).

Os depósitos judiciais nos montantes de R\$666 (648 em 31 de dezembro de 2014) classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto.

Provisão para manutenção e investimentos

A contabilização das provisões de manutenção e de investimentos nas rodovias é calculada, respectivamente, com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos e substituições e serviços de construção e melhorias, sendo na provisão de investimentos considerados os valores até o final da concessão e na de manutenção considerados os valores da próxima intervenção.

**Notas Explicativas**

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante o período findo em 31 de março de 2015 é conforme segue:

<u>Provisões</u>	<u>Circulante</u> <u>Investimentos</u> <u>em rodovias</u>	<u>Não circulante</u> <u>Manutenção</u> <u>em rodovias</u>
Saldos em 31.12.2014	8.960	49.752
Reversões	-	(283)
Ajuste a valor presente	<u>139</u>	<u>613</u>
Saldos em 31.03.2015	<u>9.099</u>	<u>50.082</u>

**17. SINISTROS RECEBIDOS**

Em 31 de março de 2015, o saldo de R\$3.290 (R\$2.630 em 31 de dezembro de 2014) refere-se a indenizações recebidas do Itaú Seguros S.A., da Sul América Seguros S.A., Royal & SunAlliance Seguros Brasil S.A. para execução de obras emergenciais e essenciais na manutenção de diversos locais sinistrados ao longo da rodovia.

**18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

- a) O capital social em 31 de março de 2015 e em 31 de dezembro de 2014 é de R\$358.785. As ações ordinárias sem valor nominal em 31 de março de 2015 estão demonstradas a seguir:

	<u>Quantidade</u> <u>de ações</u> <u>subscritas</u>	<u>31.03.2015</u> <u>Quantidade</u> <u>de ações</u> <u>integralizadas</u>	<u>Participação -</u> <u>%</u>
Arteris S.A.	209.396.514	209.396.514	100,00

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

- b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos:

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do período, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do período, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

**Notas Explicativas**

Autopista Régis Bittencourt S.A.

**19. RECEITAS**

Estão representadas por:

	<u>31.03.2015</u>	<u>31.03.2014</u>
Receita de serviços prestados	70.803	66.322
Receita de serviços de construção	99.424	80.356
Outras receitas	<u>5</u>	<u>112</u>
	<u>170.232</u>	<u>146.790</u>

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do período é como segue:

	<u>31.03.2015</u>	<u>31.03.2014</u>
Receita bruta	170.232	146.790
ISSQN	(3.540)	(3.269)
PIS	(461)	(432)
COFINS	(2.130)	(1.998)
Outras deduções	<u>(129)</u>	<u>(64)</u>
Receita líquida	<u>163.972</u>	<u>141.027</u>

**20. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA**

Estão representados por:

	<u>31.03.2015</u>	<u>31.03.2014</u>
Despesas:		
Com pessoal	(2.704)	(2.965)
Serviços de terceiros	(619)	(566)
Manutenção de bens e conservação	(107)	(87)
Depreciação / Amortização	(133)	(99)
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	(372)	(473)
Seguros/Garantias	-	(2)
Consumo	(345)	(314)
Transportes	(107)	(148)
Despesas com comunicação e marketing	(80)	(37)
Outros	<u>(649)</u>	<u>(191)</u>
Total	<u>(5.116)</u>	<u>(4.882)</u>

**Notas Explicativas**

	<u>31.03.2015</u>	<u>31.03.2014</u>
Custos:		
Custos de serviços da construção	(99.424)	(80.356)
Com pessoal	(4.687)	(4.248)
Serviços de terceiros	(8.221)	(7.000)
Conservação	(5.080)	(3.852)
Manutenção e conservação de imóveis	(630)	(811)
Consumo	(1.148)	(677)
Transportes	(1.073)	(849)
Verba de fiscalização	(3.183)	(2.988)
Recursos para desenvolvimento tecnológico	(246)	(628)
Seguros / Garantias	(1.236)	(1.287)
Provisão de manutenção em rodovias	283	(2.022)
Depreciação / Amortização	(17.444)	(10.298)
Outros	<u>(586)</u>	<u>(748)</u>
Total	<u>(142.675)</u>	<u>(115.764)</u>

**21. RESULTADO FINANCEIRO**

Estão representados por:

	<u>31.03.2015</u>	<u>31.03.2014</u>
Receitas financeiras:		
Aplicações financeiras	1.798	1.194
Outras receitas	<u>19</u>	<u>94</u>
Total	<u>1.817</u>	<u>1.288</u>
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros	(15.451)	(13.445)
Ajuste a valor presente	(752)	(564)
Outras despesas	<u>(110)</u>	<u>(83)</u>
Total	<u>(16.313)</u>	<u>(14.092)</u>

**22. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA****a) Caixa e equivalentes de caixa**

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

**b) Informações suplementares**

	<u>31.03.2015</u>	<u>31.03.2014</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	3.499	1.338
Juros capitalizados	6.998	2.529



**Notas Explicativas**

Autopista Régis Bittencourt S.A.

**23. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos três meses e trimestres findos em 31 de março de 2015 e de 2013 é como segue:

	<u>31.03.2015</u>	<u>31.03.2014</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.240	7.218
Alíquota vigente combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	(422)	(2.454)
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Outros ajustes	<u>5</u>	<u>(6)</u>
Despesa contabilizada	<u>(417)</u>	<u>(2.460)</u>
Despesas de imposto de renda e contribuição social:		
Correntes	(1.665)	-
Diferidos	1.248	(2.460)

Em 11 de novembro de 2013 foi editada a Medida Provisória - MP 627 transformada em Lei nº. 12.937 em 13 de maio de 2014, introduzindo modificações nas regras tributárias e eliminando o Regime de Tributação Transitória - RTT adotado pela Sociedade para fins de apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido. A Sociedade adotou esta Lei a partir de 1º de janeiro de 2015.

**24. LUCRO POR AÇÃO**

A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação.

	<u>31.03.2015</u>	<u>31.03.2014</u>
<u>Básico/Diluído</u>		
Lucro do período	823	4.758
Quantidade média ponderada de ações ordinárias	<u>209.397</u>	<u>144.076</u>
Lucro por ação	<u>0,00393</u>	<u>0,03302</u>

Não há diferença entre lucro básico e lucro diluído por ação por não ter havido durante o período findo em 31 de março de 2015, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

**Notas Explicativas** Bittencourt S.A.**25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Gestão de risco de capital

A Administração da Sociedade gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos, além de prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Sociedade consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os lucros acumulados.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos ativos circulantes, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo.

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são de salvaguarda da capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes.

Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos pela Sociedade são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, devido ao que segue:

Empréstimos e financiamentos e debêntures: são substancialmente contratados a taxas de juros pós-fixadas.

Contas a receber e fornecedores: possuem prazo médio de 30 dias.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas: estão substancialmente indexados ao CDI.

Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente quando aplicável. A Sociedade não detém instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes. Diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

	<u>Nível (*)</u>	<u>31.03.2015</u> <u>Empréstimos</u> <u>recebíveis</u>	<u>31.12.2014</u> <u>Empréstimos</u> <u>recebíveis</u>
<b>Ativos</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	2.508	1.560
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	34.286	61.270
Contas a receber	Nível 1	16.201	15.737
Aplicações financeiras	Nível 2	31.220	29.038
Partes relacionadas	Nível 1	-	9
Outras contas a receber	Nível 1	115	221

**Notas Explicativas**

Autopista Régis Bittencourt S.A.

	<u>Nível (*)</u>	<u>31.03.2015</u> Passivos financeiros ao custo <u>amortizado</u>	<u>31.12.2014</u> Passivos financeiros ao custo <u>amortizado</u>
Passivos			
Fornecedores e cauções contratuais	Nível 1	50.969	47.951
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	877.241	848.573
Debêntures	Nível 2	46.814	45.383
Partes relacionadas	Nível 1	201.399	167.026
Verba de fiscalização	Nível 1	1.061	1.002
Outras contas a pagar	Nível 1	124	94

(\*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo.

O CPC 40 (R1) requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O CPC 40 (R1) também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;

Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);

Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Riscos de mercado

## a) Exposição a riscos cambiais

Em 31 de março de 2015, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

## b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 31 de março de 2015, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% e uma redução de 25% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures e mútuos com partes relacionadas, líquidos das aplicações financeiras.

**Notas Explicativas**

<u>Indicadores</u>	<u>Cenário I (provável)</u>	<u>Cenário II (+ 25%)</u>	<u>Cenário III (- 25%)</u>	<u>Cenário IV (+ 50%)</u>
CDI	12,00%	15,00%	9,00%	18,00%
Juros a incorrer(*)	(23.130)	(28.907)	(17.351)	(34.682)
Receita de aplicações financeiras	6.289	7.861	4.716	9.433
TJLP	5,50%	6,88%	4,13%	8,25%
Juros a incorrer(*)	<u>(49.020)</u>	<u>(61.271)</u>	<u>(36.767)</u>	<u>(73.520)</u>
Juros a incorrer líquido(*)	<u>(65.861)</u>	<u>(82.317)</u>	<u>(49.402)</u>	<u>(98.769)</u>

Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN.

(\*) Referem-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo CPC, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM.

c) Risco de crédito

Em 31 de março de 2015 a Sociedade apresentava valores a receber no valor de R\$ 14.815 (R\$14.736 em 31 de dezembro de 2014) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Dbtrans, Conectar e Autoexpresso, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo.

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

**Notas Explicativas**

Autopista Régis Bittencourt S.A.

<u>Modalidade</u>	Taxa de juros (média ponderada) efetiva - a.a.	2015 (após março)	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	2019 em diante	<u>Total</u>
Debêntures	8,49%	48.180	-	-	-	-	48.180
BNDES	8,32%	<u>96.109</u>	<u>128.266</u>	<u>128.266</u>	<u>128.266</u>	<u>714.895</u>	<u>1.195.802</u>
Total		<u>144.289</u>	<u>128.266</u>	<u>128.266</u>	<u>128.266</u>	<u>714.895</u>	<u>1.243.982</u>

**26. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO**

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

**27. GARANTIAS E SEGUROS**

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de Riscos Operacionais, Riscos de Engenharia e de Responsabilidade Civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e bens que integram a Concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 31 de março de 2015, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

<u>Modalidade</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Limites de indenização</u>
Todos os riscos:	Riscos patrimoniais/Perda de receita (*)	160.000
	Responsabilidade civil	20.000
Garantia:	Garantia de execução do contrato de concessão	139.839

(\*) Por sinistro

**Notas Explicativas** Bittencourt S.A.**28. EVENTOS SUBSEQUENTES**

No dia 27 de abril de 2015 a Sociedade efetuou a emissão de debêntures simples, realizada em série única, no valor total de R\$111.000, sendo emitidas 11.100 (onze mil e cem) debêntures. As debêntures são da espécie subordinada, não contando com garantias reais ou fidejussórias. Os recursos obtidos por meio da emissão das debêntures serão destinados à execução do plano de investimentos da Sociedade. A presente escritura de emissão representa a segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, onde os referidos títulos serão remunerados em 100% da variação acumulada da taxa DI com sobretaxa de 1,5% ao ano. O vencimento ocorrerá em 27 de abril de 2017.

---

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

### RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da

Autopista Régis Bittencourt S.A.

Registro - SP

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Autopista Régis Bittencourt S.A. ("Sociedade"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Sociedade é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

#### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

#### Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

#### Outros assuntos

#### Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2015, preparadas sob a responsabilidade da administração da Sociedade, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

#### Auditoria e revisão dos valores correspondentes ao exercício e trimestre anterior, respectivamente

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e as informações contábeis intermediárias para o trimestre findo em 31 de março de 2014, apresentados para fins de comparação foram, respectivamente, auditados e revisados por outros auditores independentes que emitiram relatórios sem modificação, respectivamente em 25 de fevereiro de 2015 e 7 de maio de 2014.

Campinas, 14 de maio de 2015

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Edgar Jabbour

Contador

CRC nº 1 SP 156465/O-9

## **Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente**

Não foi instalado conselho fiscal.



## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

Na qualidade de Diretores da Autopista Régis Bittencourt S/A, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as informações trimestrais relativas ao período de três meses findo em 31 de março de 2015.

Registro, 14 de Maio de 2015.

Diretoria

Marcio Augusto Travain

Diretor Administrativo e Financeiro

Alessandro Scotoni Levy

Diretor de Relações com Investidores

Maria de Castro Michielin

Diretora Jurídica

Eneo Palazzi

Diretor Superintendente

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes**

Na qualidade de Diretores da Autopista Régis Bittencourt S/A, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu.

Registro, 14 de Maio de 2015.

Diretoria

Marcio Augusto Travain

Diretor Administrativo e Financeiro

Alessandro Scotoni Levy

Diretor de Relações com Investidores

Maria de Castro Michielin

Diretora Jurídica

Eneo Palazzi

Diretor Superintendente